

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

PROJETO DE LEI DE VEREADOR Nº 286 /2021

PROTOCOLADO SOB Nº 10802/2021

EM 22 / 12 / 21

| | | | |
|--------------|---|--------|-----|
| ACEITO EM | / | / 2021 | ATA |
| APROVADO EM | / | / 2021 | |
| REJEITADO EM | / | / 2021 | |
| ARQUIVO | | | |

**“DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO,
NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA,
DA DESTINAÇÃO DE VALORES DE
MULTAS DE TRÂNSITO PARA CADA
ÁREA BENEFICIADA.”**

Art. 1º O poder Executivo deverá divulgar, mensalmente, no Portal da Transparência do Município de Rio Grande, a destinação dos valores arrecadados com as multas de trânsito nas vias públicas sob jurisdição da Secretaria Municipal de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança – SMMAS.

Parágrafo único - A informação a ser divulgada deverá conter o órgão beneficiado para aplicar o recurso, conforme determina o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, o valor destinado a esta categoria e a porcentagem repassada com base no local arrecadado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Rio Grande, 14 de dezembro de 2021.

| |
|---------------------|
| VISTO |
| _____ Presidente |



Professora Diacuiara

Vereadora do MDB

JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente Projeto de Lei é estabelecer a obrigação da publicação mensal no portal oficial da Prefeitura Municipal de Rio Grande, via Portal da transparência, tornando as infrações de trânsito e os valores correspondentes a essas de domínio público, de forma específica e didática.

A proposta é que todos tenham acesso, com clareza, às informações sobre a gestão financeira ligada ao dinheiro recolhido nas multas aplicadas em nossa cidade, pela Secretaria Municipal de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança.

A divulgação das infrações de trânsito e dos valores arrecadados por elas, bem como onde serão aplicados, irá colaborar para uma administração transparente e democrática. Tal fato demonstra respeito ao cidadão, além do fato que a transparência pública é um dos objetivos essenciais da moderna Administração Pública.

A referida divulgação trata-se de gestão operacional quanto a divulgação das ações do Poder Público, em cumprimento a ampla publicidade e acesso à informação para o cidadão, podendo ser incluído do Portal da Transparência, nos moldes já existentes, sem gerar despesas ao poder público.